

A AMBIENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO SEGUNDO NOSSOS OLHARES E PRÁTICAS DE PESQUISA

Carmen Roselaine de Oliveira Farias

*Departamento de Biologia e Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências
da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil*

RESUMO: Este trabalho procura apresentar e discutir as escolhas teórico-metodológicas que agenciam nossas pesquisas nos espaços-tempos da educação ambiental em escolas do ensino básico. Tomam-se como ponto de partida as observações e análises produzidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação e Sustentabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (GEPES/UFRPE), as quais deságuam em novas problematizações sobre o fenômeno em estudo. Neste empreendimento temos apostado em uma abordagem que visa articular antropologia e educação na compreensão da ambientalização das esferas sociais e, notadamente, dos currículos. A partir dessa articulação, somos convidados a revisitar certas premissas comuns sobre a inserção das questões ambientais na escola e as condições concretas em que se projeta e se realiza o currículo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: ambientalização curricular; educação ambiental; educação básica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho decorre das ações do Grupo de Pesquisa em Educação e Sustentabilidade da Universidade Federal Rural da UFRPE (GEPES/UFRPE), constituído por professores e estudantes do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências da UFRPE, interessados em investigar temáticas referentes à educação ambiental, ambientalização curricular e ensino de ciências. O GEPES/UFRPE foi criado em março de 2011 e constitui um espaço interdisciplinar de compartilhamento de experiências e pesquisas na área. Neste curto período de existência, tem produzido trabalhos de mestrado e de graduação, projetos de iniciação científica e de iniciação à docência, e participado de diversos eventos científicos. Apoiando nossos interesses de pesquisa, o grupo tem contado com apoio de órgãos de fomento à pesquisa no Brasil e, em especial, em Pernambuco, em duas linhas interconectadas: Ambientalização das Esferas Sociais e Produção Científica da Educação Ambiental.

Essas iniciativas visam contribuir para a construção da pesquisa científica em educação ambiental (EA), especialmente no estado de Pernambuco, nosso contexto específico de pesquisa. Apesar do incremento na oferta do ensino superior e de programas de pós-graduação na última década no Brasil, ainda se verifica uma baixa produção científica em educação ambiental na Região Nordeste (Carvalho;

Farias, 2011), ensejando da comunidade de pesquisadores em educação uma maior atenção no sentido de interagir com os contextos escolares, interpretando os movimentos e sentidos que a educação ambiental adquire nesses espaços e repensando, em conjunto, caminhos para as pesquisas e políticas na área.

NOSSOS OBJETOS DE PESQUISA

Novas institucionalidades e novas subjetividades não pararam de se multiplicar desde que se difundiram noções como as de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade ambiental. A “política da natureza” (Latour, 1994) fez proliferar mais que novos direitos, deveres e instituições, também novos sentidos, práticas, estilos de vida, comportamentos, sensibilidades, moralidades. Deslocou o terreno clássico da cidadania para a arena do debate ecológico. O social não vive mais sem o ambiental e, desde então, a ideia de relações sociais é tecida juntamente com o que se pensava ser seu avesso, a natureza.

Por este ângulo, a educação ancora propostas para a transformação de uma sociedade considerada sem futuro, já que privatiza os elementos fundamentais à vida. À educação é atribuída a missão de religar os laços desfeitos por formas de conhecimento e de organização social, consideradas insustentáveis. Neste rumo, as políticas do ambiente se conciliam com as políticas da educação, introduzindo-se nas práticas escolares, formação de professores, avaliações, e em incontáveis processos e práticas educativas que se fazem além das escolas.

Nesse sentido, nossas pesquisas indagam pelos processos sociais que conduzem as temáticas ambientais para o interior da escola, contribuindo para produzir práticas escolares orientadas por valores que remetem ao núcleo do ambientalismo contemporâneo: sustentabilidade, conservação, gestão dos recursos naturais, equidade social, ética, justiça ambiental. A depender do contexto e da organização curricular, a educação ambiental por vezes se constitui em temática transversal, disciplina específica, atividade pontual relacionando espaços de educação formal e não formal, ou, ainda, projetos de trabalho ou oficinas interdisciplinares. Porém, independentemente do seu formato, o fato é que de algum modo a educação ambiental vem compondo o discurso pedagógico contemporâneo e, desse modo, construindo um “currículo ambiental” que produz efeitos na escolarização e formação básica.

Com esta comunicação nosso objetivo é dialogar sobre os percursos teóricos e metodológicos que atravessam nossos estudos e as problemáticas que vêm sendo captadas a partir de nossa inserção em campo.

ESCOLHAS E PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A “ambientalização” é uma noção potente para interpretar a dimensão histórica e processual da produção da questão ambiental na nossa sociedade. Em sentido usual pode designar tanto a adoção de discursos ambientais por diferentes grupos sociais (Albert, 1995), como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar determinadas práticas institucionais (Acselrad, 2010; Leite Lopes, 2006). De forma particular, esta noção ajuda a interpretar processos de incorporação da questão ambiental em determinados contextos e momentos históricos. Por meio desses processos observa-se emergir novos fenômenos, discursos e práticas sociais que se apoiam no pensamento ecológico e compartilham do ideário social dos movimentos ambientalistas. Enquanto processo social, a ambientalização comporta disputas de legitimidade e jogos de força, que conferem dinâmica à incorporação da questão ambiental nos diferentes espaços e setores da sociedade. Assim, o compasso da ambientalização é determinado mais pelo conflito que pelo consenso.

No processo de ambientalização das esferas sociais, a nosso ver, um elemento joga posição central: a educação ambiental. Ela pode ser considerada ao mesmo tempo agente e efeito desse processo (Carvalho; Toniol, 2010), e produz, antes de tudo, um processo de subjetivação e moralização ecológica (Carvalho; Pereira; Farias, 2010). Enquanto agência, a EA promove a internalização da questão ambiental nas instituições e na consciência dos indivíduos; enquanto efeito, ela resulta em práticas promotoras de mais ambientalização. Com efeito, a EA decorre do crescente reconhecimento da legitimidade das preocupações ambientais na esfera pública e, nas últimas décadas, se instaura como prática educativa que se universaliza nos sistemas escolares.

Nas escolas, longe de ser uma questão técnica, a inserção da EA acompanha debates e questionamentos que revelam aspectos problemáticos da cultura da instituição. Questões sobre o modo de inserção da EA no currículo, seus conteúdos, formatos, espaços-tempos e formas de avaliação, continuam sem consenso quando indagadas do ponto de vista dos agentes das práticas escolares. Nesses contextos, não encontramos um ponto fixo em torno do qual se afirmaria “o lugar” da educação ambiental na escola, mas pontos diversos cujas posições dependem de inúmeros fatores que configuram o processo de ambientalização nos mesmos.

Neste âmbito, o que surge como problemática para nossas investigações é a produção curricular. Esta problemática se apoia no fato de que ao integrar o cotidiano da escola, a EA se desenvolve enquanto “currículo”, produzindo um diversificado conjunto de discursos, textos e oportunidades de aprendizagens que envolvem seleção e interpretação de determinados conteúdos de ensino.

A escolha desta problemática também se deve ao fato de que o currículo é, prioritariamente, alvo das principais reformas educacionais brasileiras acontecidas desde os anos 90, quando a EA passou a compor as políticas curriculares nacionais para a educação fundamental. Neste nível de ensino, a EA foi prevista por meio do tema transversal meio ambiente, com forte apelo para a conquista e exercício da cidadania. Também ilustram a crescente institucionalização da EA na escola, a criação de setores governamentais nas esferas da União, Estados e Municípios para englobar a área da EA, de legislação tratando especificamente do assunto, além da oferta de programas de desenvolvimento profissional em serviço.

Recentemente as políticas curriculares brasileiras têm sido mais afirmativas na inserção da EA na organização curricular dos demais sistemas e instituições de ensino. A Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) n. 2, de 30 de janeiro de 2012, dispõe que todas as modalidades de ensino médio devem ter entre seus princípios orientadores a *sustentabilidade ambiental como meta universal*, a ser desenvolvida como *prática educativa integrada, contínua, permanente e embasada na compreensão do necessário equilíbrio e respeito nas relações do ser humano com seu ambiente*.

No mesmo ano, o Conselho Pleno do CNE, através da Resolução n. 2, de 15 de junho, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, orientando sua implantação nos currículos da educação básica e superior, notadamente dos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação. A assertividade das políticas curriculares referentes à EA sugere, ainda, que este processo deva ser flexível e adaptável à organização escolar. Assim, a EA pode ser promovida: *pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares*, relevando que outras formas de inserção podem ser admitidas na Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

Segundo Silva (2000), essa centralidade das políticas curriculares nas reformas educacionais se deve ao fato do currículo constituir um “espaço discursivo” fundamental em que se disputam os significados sobre o social, o cultural e o político. Em face disso, desenvolvem-se estudos que problematizam tais

políticas e procuram delinear bases teóricas e metodológicas para uma abordagem analítica consistente com a complexidade desse fenômeno. Uma primeira consequência disso é a constatação de que a formulação e a implementação de políticas curriculares não correspondem simplesmente a processos fundamentados em “técnicas jurídicas”, centrados na elaboração de “normas”, mas, correspondem essencialmente a processos produtivos complexos e plurais, sujeitos às contradições e tensões do campo social. Desse modo, a análise do controle estatal sobre a educação e o currículo modificou-se substancialmente, sendo que hoje procura apreender os novos movimentos do Estado, do mercado e dos grupos sociais na definição do social, do político e do educativo (Ball, 1997, 2001, Lopes; Macedo, 2006).

Por isso, analisar o processo de ambientalização escolar requer que se considere que o “currículo ambiental” ou o “currículo da EA” se constitui de práticas resultantes de uma série de influências convergentes e sucessivas, por vezes contraditórias, que se transforma e se constrói nos contextos particulares em que é produzido. Disso decorre a necessidade de identificar as agências que, de fato, são produtoras da ambientalização do currículo escolar para melhor entender os processos que envolvem a construção do discurso ambiental dentro das escolas.

Assim é que as escolhas que temos feito e os caminhos que vimos trilhando têm nos conduzido a problematizar constantemente nossas posições e olhares sobre o fenômeno da ambientalização da escola que, do nosso ponto de vista, não acontece ao largo da produção curricular. Com isso, vamos buscando nos situar entre aqueles que querem compreender a ambientalização curricular a partir de abordagens interpretativas do currículo e da EA, de modo a nos aproximar desse fenômeno a partir dos sentidos que adquirem as práticas educativas ambientais em seus contextos práticos e por seus agentes. Para isso, elegemos uma atitude metodológica orientada pela Antropologia e Fenomenologia, por meio da qual se busca compreender os significados que as práticas educacionais ambientalizadas adquirem para os sujeitos da pesquisa. Não se busca testar hipóteses, conceitos, teorias e abstrações, mas sim formulá-las.

NA TENTATIVA DE CONCLUIR, DESDOBRAM-SE NOVAS INDAGAÇÕES

Com esta orientação, nossa entrada em “campo” vem oportunizando vivências que nos aproximam da “perspectiva” de quem vive cotidianamente a experiência escolar, querendo compreender as questões relevantes que pertencem à realidade “do ponto de vista” dos nossos colaboradores de pesquisa. Com isso não queremos dizer que o pesquisador buscaria despir-se do olhar instrumentalizado da sua disciplina, mas a tarefa que nos colocamos consiste antes em uma tentativa de conferir sentido e interpretação ao fenômeno estudado, buscando por suas relações, disposições, causalidades e regras de funcionamento lá onde as coisas acontecem.

Uma vez constituídos, os dados etnográficos são colocados em relação não para fazer comparações, mas sim evocações (Strathern, 1991), pois as etnografias são portadoras de uma capacidade de ressoarem umas nas outras a despeito das circunstâncias geográficas ou culturais em que se localizam ou que as envolvam. A singularidade das realidades descritas, deste modo, não as isola, mas evoca o diálogo e nos ajuda a fazer perguntas e a analisar nossa própria constituição social, moral e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acselrad, H. (2010) Ambientalização das lutas sociais. *Revista estudos avançados*, São Paulo, 24(68), pp. 103-119.
- Albert, B. (1995). O ouro canibal e a queda do Céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. *Série Antropologia*, 174. Brasília, pp. 1-33. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/20717138/1476031466/name/ALBERT-2002-Ouro-canibal-queda-do-ceu.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2012.
- Ball, S.J. (2001) Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, 1(2), pp.99-116. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em: 10 mar. 2008.
- Ball, S. (1997) *Education reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham/Philadelphia: Open University Press.
- Carvalho, I.C.M. e Farias, C.R.O. (2011). Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (ANPED, ANPPAS e EPEA). *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2011, 16(46), pp. 119-134. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a07.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2012.
- Carvalho, I.C.M., Pereira, M.V. e Farias, C.R.O. (2012). A missão “ecocivilizatória” e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. In: Guivant, J. S.; Jacobi, P. R. (org). *Perspectivas ambientais: novos desafios teóricos e novas agendas públicas*. São Paulo: Annablume, pp. 149-170.
- Carvalho, I.C.M. e Toniol, R.F. (2010). Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. Esp., pp.1-12.
- Latour, B. (2004). *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC.
- Leite Lopes, J.S. (2006). Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 12(12), pp. 31-64.
- Lopes, A.C. e Macedo, E. (2006). Apresentação. In: Lopes, Alice R.C. e Macedo, E. (org.). *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. São Paulo: Cortez, pp.7-12.
- Silva, T.T. (2000). *Teorias do currículo: uma introdução crítica*. Porto: Porto Editora.
- Strathern, M. (1991). Cutting the network. *J. Roy anthrop. Inst. (N.S.)*, 2, pp.517-535.